



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SERVIÇO DE OPERAÇÕES AÉREAS - SOAR/CAOP/CGAP/DIREX/PF

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo nº 08200.002761/2025-18

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Registro de Preços para contratação de empresa(s) especializada(s) em fornecimento de querosene de aviação (QAV - JET A), para abastecimento das aeronaves pertencentes à frota da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal - CAOP/CGAP/DIREX/PF, e Grupamento Aeromóvel da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - GAM/SEPM, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE PF	QUANTIDADE PMERJ	QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
ITEM 01	Fornecimento de querosene de aviação (QAV-1) para abastecimento de aeronaves da frota da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal e dos demais órgãos participantes nas localidades constantes do ANEXO I do Termo de Referência.	730000	16640	746640	LITRO	R\$ 8,1667	R\$ 6.097.584,8880
ITEM 02	Fornecimento de querosene de aviação (QAV-1) para abastecimento de aeronaves da frota da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal e dos demais órgãos participantes nas localidades constantes do ANEXO II do Termo de Referência.	540000	0	540000	LITRO	R\$ 10,7294	R\$ 5.793.876,0000

ITEM 03	Fornecimento de querosene de aviação (QAV-1) para abastecimento de aeronaves da frota da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal e dos demais órgãos participantes nas localidades constantes do ANEXO III do Termo de Referência.	1455000	302848	1757848	LITRO	R\$ 7,7389	R\$ 13.603.809,8872
ITEM 04	Fornecimento de querosene de aviação (QAV-1) para abastecimento de aeronaves da frota da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal e dos demais órgãos participantes nas localidades constantes do ANEXO IV do Termo de Referência.	70000	0	70000	LITRO	R\$ 9,0530	R\$ 633.710,0000
ITEM 05	Fornecimento de querosene de aviação (QAV-1) para abastecimento de aeronaves da frota da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal e dos demais órgãos participantes nas localidades constantes do ANEXO V do Termo de Referência.	37000	0	37000	LITRO	R\$ 9,8057	R\$ 362.810,9000

ITEM 06	Fornecimento de querosene de aviação (QAV-1) para abastecimento de aeronaves da frota da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal e dos demais órgãos participantes nas localidades constantes do ANEXO VI do Termo de Referência.	31000	0	31000	LITRO	R\$ 10,4635	R\$ 324.368,5000
ITEM 07	Fornecimento de querosene de aviação (QAV-1) para abastecimento de aeronaves da frota da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal e dos demais órgãos participantes nas localidades constantes do ANEXO VII do Termo de Referência.	40000	0	40000	LITRO	R\$ 10,2125	R\$ 408.500,0000
ITEM 08	Fornecimento de querosene de aviação (QAV-1) para abastecimento de aeronaves da frota da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal e dos demais órgãos participantes na localidade FOZ DO IGUAÇU (SBFI)	60000	0	60000	LITRO	R\$ 8,2773	R\$ 496.638,0000

ITEM 09	Fornecimento de querosene de aviação (QAV-1) para abastecimento de aeronaves da frota da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal e dos demais órgãos participantes na localidade CABO FRIO (SBCB)	6000	6656	12656	LITRO	R\$ 10,2187	R\$ 129.327,8672
ITEM 10	Fornecimento de querosene de aviação (QAV-1) para abastecimento de aeronaves da frota da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal e dos demais órgãos participantes na localidade FEIRA DE SANTANA (SDIY)	6000	0	6000	LITRO	R\$ 9,6132	R\$ 57.679,2000
ITEM 11	Fornecimento de querosene de aviação (QAV-1) para abastecimento de aeronaves da frota da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal e dos demais órgãos participantes na localidade JUNDIAÍ (SBJD)	15000	0	15000	LITRO	R\$ 9,3064	R\$ 139.596,0000
ITEM 12	Fornecimento de querosene de aviação (QAV-1) para abastecimento de aeronaves da frota da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal e dos demais órgãos participantes na localidade CAMPOS DOS GOYTACAZES (SBCP)	10000	6656	16656	LITRO	R\$ 12,0018	R\$ 199.901,9808

ITEM 13	Fornecimento de querosene de aviação (QAV-1) para abastecimento de aeronaves da frota da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal e dos demais órgãos participantes na localidade UBATUBA (SDUB)	10000	0	10000	LITRO	R\$ 10,3560	R\$ 103.560,0000
ITEM 14	Fornecimento de querosene de aviação (QAV-1) para abastecimento de aeronaves da frota da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal e dos demais órgãos participantes na localidade CÁCERES (SWKC)	10000	0	10000	LITRO	R\$ 10,9693	R\$ 109.693,0000
ITEM 15	Fornecimento de querosene de aviação (QAV-1) para abastecimento de aeronaves da frota da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal e dos demais órgãos participantes na localidade ARAGUAÍNA (SWGK)	10000	0	10000	LITRO	R\$ 9,3342	R\$ 93.342,0000
ITEM 16	Fornecimento de querosene de aviação (QAV-1) para abastecimento de aeronaves da frota da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal e dos demais órgãos participantes na localidade PONTA PORÃ (SBPP)	20000	0	20000	LITRO	R\$ 12,8185	R\$ 256.370,0000

ITEM 17	Fornecimento de querosene de aviação (QAV-1) para abastecimento de aeronaves da frota da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal e dos demais órgãos participantes na localidade PASSO FUNDO (SBPF)	10000	0	10000	LITRO	R\$ 9,7008	R\$ 97.008,0000
ITEM 18	Fornecimento de querosene de aviação (QAV-1) para abastecimento de aeronaves da frota da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal e dos demais órgãos participantes na localidade BARREIRAS (SNBR)	15000	0	15000	LITRO	R\$ 10,1632	R\$ 152.448,0000
ITEM 19	Fornecimento de querosene de aviação (QAV-1) para abastecimento de aeronaves da frota da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal e dos demais órgãos participantes na localidade GURUPI (SWGJ)	15000	0	15000	LITRO	R\$ 9,3342	R\$ 140.013,0000
ITEM 20	Fornecimento de querosene de aviação (QAV-1) para abastecimento de aeronaves da frota da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal e dos demais órgãos participantes na localidade GOVERNADOR VALADARES (SBGV)	10000	0	10000	LITRO	R\$ 10,2332	R\$ 102.332,0000

ITEM 21	Fornecimento de querosene de aviação (QAV-1) para abastecimento de aeronaves da frota da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal e dos demais órgãos participantes na localidade GUARUJÁ (SBST)	10000	0	10000	LITRO	R\$ 9,5863	R\$ 95.863,0000
<b>VOLUME TOTAL ESTIMADO / ANO</b>							<b>R\$ 29.398.432,2232</b>

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **5 (cinco) anos** contados do(a) **assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a Administração Pública deve buscar estabilidade na previsibilidade dos custos, melhor planejamento financeiro, economia de escala e o serviço deve ser disponibilizado de maneira ininterrupta, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. A formulação da proposta deverá seguir o preenchimento conforme Planilha de Formação de Preços.

1.7. Desta forma, será necessário que a empresa licitante preencha a Planilha de Formação de Preços (Anexo XXII do ETP) gerando assim o valor médio ponderado para cada item (VALOR MÉDIO POR ITEM), principalmente naqueles itens compostos por mais de uma localidade, este valor será utilizado como lance no pregão. A não observação desta regra poderá levar ao desequilíbrio entre o valor licitado e o valor da execução do contrato.

1.8. Como explicação do preenchimento da Planilha de Formação de Preços, temos: Preenchendo as colunas “DIFERENCIAL FIXO” (única a ser preenchida no momento da licitação), a tabela irá realizar o cálculo do valor final para cada litro do combustível em cada localidade, atualizando assim a coluna “VALOR POR LOCALIDADE”. O “VALOR POR LOCALIDADE” será multiplicado pelo “FATOR DE CONSUMO”. A soma do resultado da multiplicação (valor x fator) de todas as localidades que compõe o item será dividido pela soma de todos os fatores de consumo que compõe o item. O resultado da divisão será o “VALOR MÉDIO POR ITEM”.

1.9. O volume será comum para todas as localidades do mesmo item.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 149/2024, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. separar resíduos como papeis, plásticos, metais, vidros e orgânicos para empresas de coleta apropriadas, respeitando as Normas Brasileiras publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT sobre resíduos sólidos;

4.1.2. separar e acondicionar as lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral em recipientes adequados para destinação específica, quando descartados;

4.1.3. fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

- 4.1.4. racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes; e) substituir substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- 4.1.5. capacitar periodicamente os empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;
- 4.1.6. promover a reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.
- 4.1.7. ainda com o foco na sustentabilidade visando diminuir a poluição ou agressão exagerada ao meio ambiente, a Contratada deverá atender aos requisitos de reutilização ou a reciclagem de seus resíduos, após expirado o seu prazo de validade, obedecendo, no que couber, o disposto na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.
- 4.1.8. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 4.1.9. que os combustíveis não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 4.1.10. realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 03 de novembro de 1995 e do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022.
- 4.1.11. respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

#### **Subcontratação**

- 4.2. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

#### **Garantia da contratação**

- 4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos Artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em virtude da entrega dos bens se enquadrar como imediata, minimizando os riscos envolvidos no recebimento e gestão dos bens, e devido ao baixo valor agregado nos itens demandados no presente Termo de Referência, fazendo com que a exigência de garantia onerasse de maneira desnecessária a empresa licitante.
- 4.4. Por tratar-se de execução de serviço de abastecimento, e por se entender que não há pagamento antecipado, mas tão somente recebimentos provisório e definitivo (por meio de conferência e confronto de CEs e Notas Fiscais), entende-se por desnecessária a exigência de garantia contratual.

#### **Vistoria**

- 4.5. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de execução**

- 5.1. *A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:*
  - 5.1.1. Início da execução do objeto: imediatamente após a *assinatura do contrato*.
  - 5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
  - 5.1.3. No ato do abastecimento, será emitido comprovante de entrega (CE), em duas vias, assinadas pelo representante da CONTRATADA, e pelo Comandante da aeronave, ou Servidor formalmente designado pela Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal.
  - 5.1.4. O comprovante conterá obrigatoriamente: (i) informações sobre a quantidade e o tipo de combustível fornecido; (ii) o aeroporto, a cidade e a Unidade da Federação em que se deu o abastecimento; (iii) a data e o horário de abastecimento; (iv) o prefixo da aeronave ou a placa do caminhão-tanque abastecido(s); e (v) o nome completo e matrícula institucional do Comandante da aeronave ou do Servidor autorizado.
  - 5.1.5. Todas as vias do comprovante de abastecimento deverão conter a autenticação eletrônica ou chancela mecânica da bomba abastecedora.
  - 5.1.6. Os fornecimentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser retificados ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, a expensas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades e multas.



- 5.1.7. A empresa contratada deverá abastecer galões, tambores ou plotters fornecidos pela PF, nas quantidades solicitadas, constando no corpo do respectivo comprovante de abastecimento essa observação, nos locais onde for permitido está prática.
- 5.1.8. A Polícia Federal poderá solicitar à empresa contratada, antes da realização de qualquer abastecimento, teste para averiguar a qualidade do combustível a ser fornecido, que deverá ser a expensas da Empresa.
- 5.1.9. A Polícia Federal poderá indicar representante para acompanhar os testes anteriormente citados.
- 5.1.10. Em se tratando de serviço de destanqueio e armazenamento de combustível de aeronave da Unidade, emitir-se-á, por parte da empresa contratada, comprovante do quantitativo destanqueado, atestada a veracidade do documento pelo Comandante da aeronave, ou servidor designado para tal, do que será lançado em controle de dados relativos ao contrato o quantitativo em forma de créditos, que serão debitados tão logo a aeronave necessite ser reabastecida.
- 5.1.11. Mediante expressa autorização do Fiscal do Contrato designado, ou do Coordenador de Aviação Operacional, aeronaves de outros órgão de aviação de segurança pública poderão ser abastecidas pela(s) empresa(s) contratada(s), quando em operação conjunta à Polícia Federal.
- 5.1.12. A execução dos serviços será iniciada logo após a assinatura do termo contratual.
- 5.1.13. Será admitido o remanejamento de litros entre itens distintos, desde que constantes de um mesmo contrato, considerada a natureza "estimativa" das Notas de Empenho a serem e emitidas, e em razão do caráter imprevisível inerente à atividade policial.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

- 5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: *todas as localidades de abastecimento contratadas*
- 5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: *horário de funcionamento previamente acordados entre a contratante e a contratada.*

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

- 5.4. *A demanda do órgão tem como base as seguintes características:*
- 5.4.1. Os lances em sessão pública serão ofertados pelo valor unitário do item. Os itens da Tabela 1.1 contemplam diversas localidades. Seu preço referencial foi obtido através da média ponderada dos preços propostos por localidade. A empresa deverá ofertar lances em valores unitários médios, mas DEVERÁ considerar que cada uma das localidades que compõem os itens possuem composição de valores diferentes, como será demonstrados nos tópicos seguintes. Para tanto, as licitantes deverão utilizar obrigatoriamente Planilha de Formação de Preços anexa ao presente Termo de Referência, que deverá ser apresentada em fase de aceitação, para verificação de adequabilidade dos substratos do preço do QAV às variáveis determinadas por agência reguladora de Estado, por condições contratuais da empresa junto à administradora aeroportuária, pelos seus custos logísticos e margem de lucro, bem como por incidência tributária aferida por Estado da Federação.
- 5.4.2. A Tabela da Petrobras que dispõe da apresentação dos dados de preços relativos à comercialização de produtos derivados de petróleo, conforme determina a Resolução ANP nº 795, de 05/07/2019, foi definida como base para a composição de preços a serem praticados nessa aquisição. Além disso, considera-se que a Petrobras figura como principal refinaria produtora de querosene e gasolina de aviação (QAV e GASOLINA DE AVIAÇÃO) nos padrões regidos pela ANP no cenário Brasileiro.
- 5.4.3. Chamado de “Preço Ex-Refinaria”, esta Administração adotou como base, para cada um dos aeródromos, a média dos preços praticados pelas refinarias da região geográfica a qual se encontra localizada, sendo elas, regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, cujos valores são informados mensalmente no site da Petrobras, independente da modalidade de entrega.
- 5.4.4. A exemplo, o preço a ser praticado na localidade de SBNT (Natal – RN) no mês de fevereiro de 2025 seria a média dos preços informados das refinarias da região Nordeste na tabela, em todas as modalidades de venda, a partir de 01.02.2025.
- 5.4.5. Ou seja: Preço de Refinaria = [SÃO LUIS (MA) - ETM + FORTALEZA (CE) - ETM + IPOJUCA (PE) - ETM + IPOJUCA (PE) -LPA]/4.
- 5.4.6. Considerando não haver refinarias na região Centro-Oeste, esta Administração definiu como base para as localidades dessa região, a média de todas as refinarias que apresentam valores para o mês.
- 5.4.7. Assim, os preços dos combustíveis ao consumidor final variam como consequência dos preços nas refinarias, dos tributos estaduais e federais incidentes ao longo da cadeia de comercialização (PIS/PASEP e COFINS, CIDE e ICMS), dos custos e despesas operacionais de cada empresa, dos biocombustíveis adicionados ao diesel e à gasolina e das margens de distribuição e de revenda.
- 5.4.8. Do exposto, tem-se que, no presente processo, o preço final será diferenciado por cada litro por produto, em cada localidade, somando-se as parcelas: Arrendamento Variável, Preço Ex-Refinaria (atualizado mensalmente), Diferencial Fixo com o valor calculado do Imposto ICMS das parcelas anteriores e Aditivo (se for o caso), sendo o seu valor final “truncado” na quarta casa decimal.
- 5.4.9. A formação do preço composto por parcelas fixas e variáveis visa à manutenção da vantagem econômica ao longo da execução contratual, refletindo o preço de mercado no preço contratado.
- 5.4.10. Como será descrito nos itens a seguir, o preço a ser pago pela Administração - preço final - será baseado na formação por localidade conforme a Tabela da Petrobras, somados às parcelas atinentes ao combustível e diferencial fixo. Sobre este diferencial serão aplicados descontos na disputa, ao final, valendo o menor preço por litro que figura como o critério de julgamento do certame.

- 5.4.11. O valor a ser pago pela CONTRATANTE à CONTRATADA, pelo OBJETO deste Termo, será o preço compatível com o praticado no mercado.
- 5.4.12. A composição dos preços dos PRODUTOS deve demonstrar a alíquota e o valor do imposto que compõem o preço, por localidade.
- 5.4.13. O Convênio ICMS 84/90, de 12 de dezembro de 1990, que concede a isenção do ICMS nos abastecimentos das aeronaves, com destino ao exterior, foi prorrogado por tempo indeterminado pelo Convênio ICMS 151/94, de 14 de dezembro de 1994. Desta forma, as aeronaves do CONTRATANTE com destino ao exterior não pagarão ICMS, conforme legislação em vigor.
- 5.4.14. Nos preços de aquisição dos PRODUTOS do objeto estão incluídos todos os impostos, taxas, mobilizações, fretes de transportes, serviços de destaqueio, seguros incidentes e outros previstos na legislação em vigor, à época da aquisição.
- 5.4.15. O preço representa o valor a ser pago pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, nas condições fixadas nesta cláusula, não podendo esta, por estarem incluídas no referido preço, reclamar do CONTRATANTE quaisquer outras quantias, a qualquer título, notadamente àqueles referentes à:
- 5.4.15.1. Mão-de-obra.
- 5.4.15.2. Encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e sociais.
- 5.4.16. Para efeito da Tabela de Preços, mensalmente enviada a CONTRATADA, o preço do litro dos combustíveis, será calculado conforme a seguir:
- 5.4.17. PREÇO EX-REFINARIA: Para definir o valor base do combustível, a CONTRATANTE deverá seguir as seguintes etapas:
- 5.4.17.1. Consultar todo dia 1º de cada mês, o valor divulgado no site: <https://precos.petrobras.com.br>, na opção: TABELA DE PREÇOS – COM AVIAÇÃO – MÊS DE REFERÊNCIA;
- 5.4.17.2. Classificar a localidade do aeródromo por região e definir as refinarias pertencentes àquela região brasileira, independente da modalidade de venda. O único critério a ser delimitado na pesquisa é se a refinaria se encontra operante. Caso a refinaria não esteja operante, deverá ser excluída do cálculo;
- 5.4.17.3. Aplicar uma média por região. Nesta etapa, os valores são apresentados em R\$/m³, sendo assim, deve-se dividir o valor por 1.000.
- 5.4.17.4. Para a região CENTRO-OESTE, que não possui refinarias, será utilizada a média de todas as demais refinarias operantes.
- 5.4.18. ARRENDAMENTO VARIÁVEL: É o valor expresso em reais pago ao administrador aeroportuário equivalente a porcentagem do preço final do litro de querosene de aviação fornecido ou pelo valor da metragem cúbica consumida, nas vendas realizadas em aeroportos. Esta parcela não poderá ser inserida na composição do preço querosene de aviação nas localidades em que o CONTRATANTE possua instalações de armazenagem de combustível de aviação das quais a CONTRATADA faça uso por meio de Contrato de CESSÃO DE USO a título não oneroso.
- 5.4.19. DIFERENCIAL FIXO: É o valor auferido e cobrado pela CONTRATADA para cobrir os custos, despesas operacionais do fornecimento em cada localidade licitada e lucro que deverá ser praticado durante toda a vigência do contrato, independente das partes invariáveis.
- 5.4.20. ICMS: O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços é um tributo estadual no Brasil que incide sobre a comercialização de produtos e serviços. A definição da base de cálculo do ICMS e as regras para sua determinação podem variar de acordo com a legislação específica de cada estado, bem como as diretrizes estabelecidas pela COTEPE, e de acordo com a natureza da operação em questão.
- 5.4.21. PREÇO BRUTO LITRO (PL): É o preço de um litro de querosene de aviação calculado somando-se os seguintes valores: PREÇO REFINARIA + ARRENDAMENTO VARIÁVEL + DIFERENCIAL FIXO + VALOR DO ADITIVO (se aplicável) + ICMS SOBRE O SOMATÓRIO DAS PARCELAS.
- 5.4.22. Para definir o preço a ser pago pela CONTRATANTE, após a homologação das propostas na licitação, será considerado o valor bruto definido na Planilha de formação de preço.
- 5.4.23. O CONTRATANTE efetuará a retenção na fonte de tributos e contribuições nos pagamentos a pessoas jurídicas conforme a legislação em vigor.
- 5.4.24. O preço cobrado pela CONTRATADA para o fornecimento de combustíveis de aviação em tanques ou tambores flexíveis, de propriedade do CONTRATANTE, será igual ao preço de fornecimento de boca de tanque (BT).
- 5.4.25. Para efeitos do cadastro da proposta, a planilha base para o PREÇO DE REFINARIA deverá ser aquela vigente na data de abertura do certame.

#### **Especificação da garantia do serviço**

- 5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

- 5.6. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Preposto

- 6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 6.7. O Contratado *deverá* manter preposto da empresa no local da execução do objeto *durante o período contratual*.
- 6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### Rotinas de Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### Fiscalização Administrativa

- 6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na

solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

- 7.1.1. não produziu os resultados acordados,
- 7.1.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.1.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## Do recebimento

- 7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.3. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo
- 7.7. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período *do efetivo abastecimento*.
- 7.8. Ao final de cada período/evento de faturamento:
  - 7.8.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

- 7.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (*cinco*) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
  - 7.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
  - 7.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
  - 7.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
  - 7.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão
- 7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

- 7.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.20. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021
- 7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- I - o prazo de validade;
  - II - a data da emissão;
  - III - os dados do contrato e do órgão contratante;
  - IV - o período respectivo de execução do contrato;
  - V - o valor a pagar; e
  - VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
- 7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 7.24.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
  - 7.24.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser

prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA/IBGE* de correção monetária

#### **Forma de pagamento**

7.31. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.33.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.34. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Reajuste**

7.35. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.36. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, e incidente o reajuste sobre o substrato do valor unitário intitulado DIFERENCIAL FIXO, bem como serão considerados os reajustes incidentes sobre contratos de ARRENDAMENTO VARIÁVEL, celebrados entre a Contratante e Administradoras de sítios aeroportuários. O reajuste incidente sobre o ARRENDAMENTO VARIÁVEL deverá ser apresentado juntamente com a solicitação de reajuste do DIFERENCIAL FIXO, tendo em vista a necessidade de seu processamento no mesmo ato de apostilamento.

7.37. Os valores do DIFERENCIAL FIXO serão reajustados para mais ou para menos, de acordo com a variação do IPCA, conforme tabela, vedada a periodicidade de reajuste inferior a um ano:

7.38.  $R = V \times (IPCA - IPCAo) / IPCAo$  Onde: R= valor do reajuste do “Diferencial Fixo”; V= valor do “Diferencial Fixo” a ser reajustado; IPCA = índice relativo à data do reajuste; IPCAo = Índice de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE, vigente na data da Oferta de Preço da CONTRATADA, ou seja, XX de XXX de 20XX.

7.39. Após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **Cessão de crédito**

7.46. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.47. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.48. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.49. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.50. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.51. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

#### **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5%** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5%** a 30% do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,5%** a 30% do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5%** a 30% do valor da contratação..

8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5%** a 30% do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5%** a 30% do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

- 8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.9. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 8.10. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.11. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 8.11.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 8.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 8.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
  - 8.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

### **Regime de Execução**

- 9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

- 9.3. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:
- 9.3.1. valor global, conforme valor estimado da contratação;

### **Exigências de habilitação**



9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

- 9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.14. Documentação comprobatória de que a LICITANTE possua autorização da Agência Nacional do Petróleo (ANP) para distribuição e/ou revenda de querosene de aviação.
- 9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de

pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.27. *Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação**.*

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### Qualificação técnica

9.31. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.32. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.33. Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a aptidão da empresa para o fornecimento e desempenho da execução compatível em características, quantidades e prazo com o objeto e demais particularidades deste Termo de Referência.

9.34. Documentação comprobatória de que a LICITANTE possua autorização da Agência Nacional do Petróleo (ANP) para distribuição e/ou revenda de querosene de aviação.

9.35. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

9.36. Valores unitários: conforme planilha constante do item 1.1. e conforme análise pormenorizada da proposta apresentada, com decomposição de valores por substrato do preço por localidade.

9.37. O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário por item, observada a análise minudenciada da planilha de composição de valores.

### Qualificação Técnico-Operacional

9.38. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.39. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.39.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 02 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.39.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

9.39.3. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação

9.39.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.39.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.39.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.39.7. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.39.8. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.39.9. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.39.10. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de

tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.39.11. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### **Qualificação Técnico-Profissional**

9.40. Todos os funcionários da CONTRATADA que tomarem parte na execução do objeto do Contrato deverão ser detentores de qualificação técnica apropriada para prestação dos fornecimentos, nos termos da legislação aeronáutica em vigor.

9.41. Em caso de panes, falta do combustível, casos fortuitos ou de força maior, o CONTRATADO deverá providenciar alternativas de abastecimento nas mesmas condições acordadas, no prazo estipulado pelo fiscal do contrato, após o recebimento da formalização de descontinuidade dos fornecimentos emitida pelo CONTRATANTE, sob pena de sofrer as sanções previstas no contrato.

9.42. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.43. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.44. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.45. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.46. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.47. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **Documentação complementar para cooperativas**

9.48. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.48.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.48.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.48.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.48.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.48.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.48.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.48.6.1. ata de fundação;

9.48.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.48.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.48.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.48.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.48.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.48.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

#### **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 29.398.432,2232 (vinte e nove milhões, trezentos e noventa e oito mil quatrocentos e trinta e dois reais e vinte e dois centavos) por ano, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- 10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 11.1. Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 11.462/2023, informamos que, para a presente licitação realizada pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), onde a dotação orçamentária será devidamente empenhada antes da assinatura do contrato.
- 11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. **DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Brasília, 2 de julho de 2025.

EVANDRO IWASAKI DA SILVA Delegado de Polícia Federal REQUISITANTE SUBSTITUTO	EMERSON GOMES RIBEIRO Agente de Polícia Federal Mat. 20.334 / Siape 2270345 Integrante Técnico
--	---

Aprovo,

<b>Autoridade Competente</b>
<b>GUILHERME LOPES MADDARENA</b> Delegado de Polícia Federal Coordenador de Aviação Operacional



Documento assinado eletronicamente por **EMERSON GOMES RIBEIRO, Agente de Polícia Federal**, em 02/07/2025, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EVANDRO IWASAKI DA SILVA, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 02/07/2025, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME LOPES MADDARENA, Coordenador(a)**, em 02/07/2025, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=76602991&crc=7617B2DC](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=76602991&crc=7617B2DC).  
Código verificador: **76602991** e Código CRC: **7617B2DC**.